

CIDADE E ESCOLA: PRINCÍPIOS PARA EDUCAR E URBANIZAR PORTEIRINHA (1929-1959)

Wilney Fernando **Silva** – UFU

Agência Financiadora: CAPES

Resumo

O presente trabalho propõe um estudo das relações entre a história do processo de urbanização e escolarização da cidade de Porteirinha, no norte de Minas e a história da cultura escolar do Grupo Escolar João Alcântara. Para a constituição dessa tarefa, foram analisadas fontes documentais escritas localizadas em livros de reuniões de professores, atas de promoções de alunos e de instalações das cadeiras de instrução. Os livros de visitas de inspetores do Grupo Escolar João Alcântara, recortes de jornais, leis e decretos do poder executivo municipal, livros de atas da Câmara Municipal também nos serviram como importantes fontes. O recorte temporal do estudo inicia-se em 1929 e alarga-se até a 1959, e nele analisaremos as primeiras escolas isoladas localizadas no povoado, passando, em seguida, já no recente criado município, para as Escolas Reunidas de Porteirinha. Finalizaremos o trabalho com o estudo do Grupo Escolar João Alcântara, que serviu como um grande projeto dos dirigentes políticos da cidade.

Palavras-chave: cultura escolar, escolarização, grupos escolares.

CIDADE E ESCOLA: PRINCÍPIOS PARA EDUCAR E URBANIZAR PORTEIRINHA (1929-1959)

Introdução

A origem dos colégios traz algumas inovações importantes como: - inovação quanto ao espaço, com a passagem do ensino ministrado em locais diversos e mantido pelos professores para um prédio único com diversas salas de aula e com rebatimentos explícitos na necessidade de controle, racionalização, planificação de estudos, estrutura de vigilância e gestão centralizada; - inovação quanto ao tempo, com a passagem do planejamento das atividades cotidianas para o planejamento do conjunto do ensino, com gradação e divisão das matérias; - inovação quanto à estrutura de poder, com o fim da autonomia dos senhores e das cidades e a passagem ao poder central do Estado.

Um dos elementos importantes no processo que produziu essas inovações foi a relação entre os processos de urbanização e escolarização, pois, como afirma Veiga (1997), combinar o progresso material com o progresso das mentes produziu aproximações entre as práticas urbanas e as práticas escolares numa dupla direção: as representações da educação presentes tanto nas práticas urbanas como também nas escolares, com os propósitos de constituírem um novo sujeito social a ser educado para as práticas da civilidade. Nesse sentido, esse trabalho baseou-se no pressuposto de que a cultura escolar, disseminada numa cidade em processo de urbanização, discursiva e física, tem a função de deixar registrados os vestígios do progresso e da ação humana sobre a natureza.

Outro aspecto importante do trabalho relaciona-se com a conceituação de cultura escolar. Considera-se que estudar a cultura escolar, como bem aponta Faria Filho (1996), significa estudar o processo que impõe significado aos processos e produtos das práticas escolares, isto é, práticas que permitem a transmissão de conhecimentos e a inculcação de condutas circunscritas a um espaço/tempo identificado como escola. A cultura escolar não se articula em torno do conhecimento, mas da possibilidade de construção de uma instituição. Instituição cuja construção, segundo Julia (2001), esteve frequentemente associada a um projeto político e à noção de progresso, projeto esse que vai se conformar aos limites de cada período da história.

A categoria cultura escolar, portanto, procura atentar para os funcionamentos internos da escola e para a cotidianidade das práticas escolares, sem perder de vista as relações entre escola e a sociedade, dimensão cujo exame permite, como alerta Faria Filho (1997), interrogar sobre os vínculos entre as práticas escolares e outras práticas culturais, bem como sobre a repercussão dos processos educativos na conformação do corpo social e dos corpos individuais dos sujeitos da escolarização.

Segundo Pessanha e Silva (2012), os projetos de urbanização incluíam projetos de escolarização. “O nascimento do empreendimento de escolarização em massa entre os séculos XVIII e XIX esteve ligado à visão de uma escola produzida como a instituição capaz de instruir e educar a infância e a juventude, mas de produzir um país ordeiro, progressista e civilizado” (FARIA FILHO, 2002, p. 24). Soma-se a isso a permanência da ideia dessa escolarização como um processo associado ao de monopolização dos saberes elementares pelo Estado, como continuidade do processo de civilização, ou seja, de tornar civil o bárbaro, como afirma Veiga (1997).

Inúmeras pesquisas sobre a gênese e a história dos grupos escolares no Brasil vêm mostrando como a reunião de escolas isoladas foi aclamada como uma fórmula mágica para resolver os problemas do ensino primário, afirmam Pessanha e Silva (2012). “No início do Brasil Republicano, as escolas isoladas deveriam ceder lugar, tanto na memória quanto na realidade espacial, para os grupos escolares, mais racionais e abrangentes” (FARIA FILHO, 1997, p. 93), ocupando, assim, especial relevo na constituição moral e na formação das novas gerações.

Nesse sentido, o presente trabalho propõe um estudo das relações entre a história do processo de urbanização e escolarização da cidade de Porteirinha, no norte de Minas Gerais e a história da cultura escolar do Grupo Escolar João Alcântara. Utilizarei, para a constituição dessa tarefa, a análise de fontes documentais escritas localizadas em livros de reuniões de professores, atas de promoções de alunos e de instalações das cadeiras de instrução da cidade. Os livros de visitas de inspetores do Grupo Escolar João Alcântara, recortes de jornais, leis e decretos do poder executivo municipal, livros de atas da Câmara Municipal também nos serviram como poderosas peças para construir um grande e complexo quebra-cabeças. Livros, artigos, teses e dissertações de pesquisadores/historiadores acerca da temática compõem as referências teóricas.

O recorte temporal do estudo inicia-se em 1929 e alarga-se até a 1959, período em que o povoado de São Joaquim da Porteirinha era distrito do município de Grão Mogol, desmembra-se deste e passa a se chamar Porteirinha, agora com autonomia política e administrativa. Neste recorte, analisaremos as primeiras escolas isoladas localizadas no povoado. Em seguida, já no recente criado município, adentraremos nas Escolas Reunidas de Porteirinha, instituição que foi a base do Grupo Escolar João Alcântara, objeto principal de análise do trabalho e um dos principais projetos dos dirigentes políticos da cidade.

Porteirinha, cidade norte-mineira

Conforme Holanda (1963), a Coroa Portuguesa, nos dois primeiros séculos de exploração colonial, limitou-se ao latifúndio rural litorâneo. Não existiam pretensões em colonizar os sertões habitados por índios. O povoamento destas regiões, segundo o autor, foi desempenhado pelas bandeiras em busca do ouro. Concomitante a este processo de expansão, centralizado na economia aurífera, estava também o “caminho do

gado”, bandeiras guiadas pelas margens do rio São Francisco, desbravando e povoando este espaço.

Para Pereira (2002), para o atendimento de uma demanda que se expandia rapidamente, estruturavam-se na região enormes fazendas de gado, além de uma lavoura de gêneros de subsistência. Assim se desenhou o quadro econômico dessa vasta porção norte do Estado por volta do primeiro terço do século XVIII. Atravessando essa região, a estrada geral interligava a Bahia à Minas Gerais. Por ela transitavam em sentido às minas, produtos como farinha de mandioca, rapadura, cachaça, além de escravos e produtos importados provenientes do porto de Salvador.

A ocupação da região que hoje se localiza o município de Porteirinha ocorreu no início do século XVIII. O local possuía uma pequena clareira no coração das matas que separava a vila de Mato Verde do município de Monte Azul, bem como do povoado de Riacho dos Machados; e servia de pouso aos que vinham do nordeste e do sertão baiano, procurando encurtar a trilha que levava à terminal da estrada de ferro, em Sabará. Uma brecha entre os altos troncos, de um lado e do outro da clareira serviam de acesso. Eram como porteiras. Os que para ali se dirigiam em busca de pouso se referia ao local como Porteirinhas (IGBE, 1959, p. 406).

Segundo a Enciclopédia dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1959), com a divisão administrativa do Estado, fixada pela lei estadual n. 843, de 07.09.1923, o distrito de Porteirinha, sob a designação de São Joaquim de Porteirinha, manteve-se como integrante do vasto município de Grão Mogol. Em 17.12.1938, pelo Decreto-lei estadual n. 148, que estabeleceu a divisão judiciário-administrativa do Estado, a vigorar de 1937 a 1943, foi criado o município de Porteirinha, composto por quatro distritos: o da sede, Gorutuba, Serranópolis e Riacho dos Machados.

Contanto, com uma população de aproximadamente 20.686 habitantes (IBGE, 1947), aquele povoado, agora, ganha autonomia administrativa e política e o status de cidade. Esses primeiros anos de sua constituição serão fundamentais para entender a dinâmica cultural com seus elementos de aceitação e de resistência a novos hábitos e modos de ver o mundo.

O primeiro administrador do novo município mineiro, o bacharel em direito, tenente da Polícia Militar e católico fervoroso, foi Altivo de Assis Fonseca, autoridade constituída,

nomeado pelo interventor/governador de Minas Gerais, Benedito Valadares Ribeiro. Segundo a Secretaria de Cultura e de Patrimônio Histórico de Porteirinha (2005), ele “dirigiu os destinos do município no período de 01.01.1939 a 31.03.1945, trabalhando pela educação moral e cívica de seus munícipes”.

Com o objetivo de estruturar administrativamente a cidade, Altivo de Assis Fonseca foi o porta-voz da ideia da promoção de uma nova cultura, a cultura urbana que se contrastava com a forte cultura rural do município. A tentativa de se constituir essa nova cultura vai se dá por inúmeros dispositivos legais carregados dos ideais de civilidade, organização urbana e racionalização.

Para melhor abordagem das discussões, elegi algumas categorias que auxiliaram na análise das fontes e na organização do recorte temático. Como este está inserido no início da Segunda República, o próprio conceito de cidadania na sociedade brasileira da República Velha fora forjado por representações alheias à grande parte da população que sofria as imposições e classificações externas à sua concepção de mundo e de sociedade, e essas representações foram frutos da noção de civilização que o mundo ocidental fez de si mesmo. Elias (1994), em sua obra *O processo civilizador*, embora tenha se debruçado sobre a sociedade de corte medieval, auxilia-nos com seu método histórico de pensar a civilização levando-nos a pensar o que aconteceria se um homem da sociedade ocidental contemporânea fosse, de repente, transportado para uma época remota, tal como o período medievo-feudal. Possivelmente descobriria nele hábitos e modos que julga selvagem ou incivilizado em sociedades da atualidade. Tais hábitos, diferentes dos seus, não condizem com a forma como foi educado, por isso os homens os abominariam. É possível que encontrasse um modo de vida muito diferente do seu, alguns hábitos e costumes lhe seriam atraentes, convenientes e aceitáveis, segundo seu ponto de vista, enquanto poderia considerar outros inadequados. Estaria diante de uma sociedade que, para ele, não seria civilizada. Para este homem, civilizados são os costumes do seu tempo, de seu povo, de sua terra. Aqueles hábitos que sua sociedade abomina são os que seriam considerados incivilizados, isto é, as pessoas que os praticavam, não foram educadas, refinadas para a sociedade daquele homem.

Essa categoria foi utilizada por fornecer pistas de como o processo civilizatório e os costumes são dinâmicos e estão num transcurso constante de (res)significações, e isso se dá em virtude de tensões e conflitos de diferentes grupos que se contradizem. Os padrões ou modelos de civilidade devem ser considerados como ações concretas estabelecidas por grupos – pelo menos nos seus discursos – sobre as boas maneiras, as

organizações e construções urbanas, as ações higiênicas, as relações interpessoais etc. Ao estabelecer as boas ações e práticas saudáveis da sociedade, as representações (des)qualificavam as ações avaliadas como anti-higiênicas, incivilizadas ou impróprias do meio urbano e, normalmente, essas ações “bárbaras” eram as comuns do grupo antagônico às elites, e, no caso de Porteirinha, os sertanejos e povos que já viviam naquele lugar.

No livro n. 1, de leis e decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha, Altivo de Assis Fonseca normatiza as primeiras condutas da municipalidade. O decreto-lei, datado de 14 de fevereiro de 1939, criou cargos municipais como os de escriturário, fiscal, secretário-contador, coletor-tesoureiro, agente de estatística e regulou atribuições de controle, inspeção, administração, supervisão, coleta e escrituração.

O Código de Posturas do Município apresentou normatizações e com elas possíveis infrações e penalidades que a população estava sujeita. Normatizou, por exemplo, as licenças para a construção de edificações na zona urbana. Nesse sentido, nenhuma construção no perímetro urbano poderia ser edificada sem a entrega dos documentos comprobatórios e pré-requisitos necessários para a licença concedida pela prefeitura: o cuidado com o alinhamento das residências, o material empregado nas construções e o estilo compunham um conjunto de preocupações de seus administradores com a organização da cidade que se expressava de forma mais racional.

O título IV – Da Higiene em Geral – obrigava a população a lançar mão de uma série de medidas com relação à remoção do lixo residencial que, a partir dali, “deverá ser recolhido, preferencialmente, em caixas providas de tampas de zinco” (art. 60, p. 30); o escoamento de águas residenciais em valas públicas e sarjetas deveria também ser um ponto importante para os moradores. Proibiu a população em abandonar animais mortos em vias públicas e a prática de lavar roupas em fontes e chafarizes. Cobrou higienização dos estabelecimentos comerciais e residenciais e estabeleceu uma forte fiscalização no abatimento de animais, na qualidade das carnes e leite comercializados. O matadouro municipal, estabelecimento que abatia e fornecia carnes ao município e região, foi submetido a uma série de normas quanto à higiene.

O recente município atentou-se e propôs uma regulamentação no tocante à aferição mais racional de pesos e medidas das balanças nos estabelecimentos comerciais. Todos eram obrigados a ter pesos, medidas e balanças apropriadas para cada artigo, pagando pela aferição uma taxa anual ao coletor do município (art. 90, p. 36). Dessa forma, as usuais

formas de medidas “por litro” deveriam ser substituídas pelo quilograma. E a antiga noção de distância, a légua, por quilômetro.

O título XIV – Da moralidade, segurança e tranquilidade públicas – com seis artigos, era bastante impositivo no sentido de que, com a infração, “o morador pagava uma multa, mas a reincidência incorria em prisão correccional” (art. 125, p. 45). Interessante observar que os itens são proibidos aos cidadãos, aos indivíduos, no entanto, ao longo do tempo, e num processo conflituoso, as proibições que eram individuais passam a fazer parte de uma proibição coletiva, de uma vigilância social e cultural dos moradores. Confira algumas proibições do art. 125:

- Perturbar a tranquilidade pública com vozerio e reuniões tumultuadas;
- Proferir palavras obscenas, fazer gestos imorais, escrever ou desenhar figuras nas paredes e muros e afixar em tais logares pasquins e outros escritos indecentes;
- Urinar e defecar em logares públicos;
- Apresentar-se alguém em trajas menores perante o público;
- Correr desabridamente a cavalo pelas ruas e praças e deixar os animais subirem nos passeios;
- Conduzir veículos em disparada;
- Jogar malhas e outros jogos semelhantes nas ruas, praças e logradouros públicos;
- Abandonar nas ruas ou praças públicas veículos de transportes ou deixá-los transitar, sem condutor, entregues à mercê dos animais;
- Conduzir animais bravos sem a devida segurança;
- Promover diversões imorais em ocasiões de carnaval;
- Amarrar animais nos postes de iluminação pública, nas árvores sitas nas ruas, em logares que vedem o trânsito público ou periguem os transeuntes;
- Dar pousada ou terreno para acampamento de ciganos, em qualquer parte do município;
- Promover danças ou outros divertimentos congêneres dentro dos povoados, sem licença das autoridades, não se compreendendo nesta proibição os bailes de reuniões familiares;
- Apanhar flores, quebrar árvores, pisar ou assentar nos gramados, atirar detritos nos passeios e canteiros dos jardins públicos;
- Vender armas ou bebidas alcoólicas aos ébrios, menores ou alucinados;
- Proibidos jogos de azar, rifas ou loterias não permitidas por lei;

- Criar bovinos, cavalares, suínos, caprinos e lanígeros no perímetro urbano da cidade, das vilas e das povoações;
- Cães a vagar pelas vias públicas serão apreendidos e mortos por processos usuais;
- Os indivíduos de ambos os sexos, reconhecidamente vadios, que forem encontrados em logares públicos, serão recolhidos ao xadrez durante 3 dias [...] (PORTEIRINHA, 1939, p. 47).

Um projeto de alinhamento de ruas e praças da cidade também foi previsto no documento, bem como serviços de ajardinamento e arborização da cidade. Dessa forma, nenhum morador poderia mudar os caminhos, nem danificar os bens públicos. Era necessário o desenvolvimento físico da cidade: limpeza e calçamento das ruas, construções de pontes e estradas. Urgia também a adequação das antigas estruturas físicas a essa nova lógica: as construções deveriam ser alinhadas, as casas que esteticamente não se enquadrassem nestes novos preceitos deveriam vir abaixo e as passagens deveriam ser desobstruídas. Tenta-se criar uma cultura da higiene nas residências, comércios e nos espaços públicos. E o homem, para que realmente pudesse ser propulsor do progresso, não podia mais se entregar à vadiagem. Ébrios, loucos e vadios deveriam ser removidos à cadeia, e todos deveriam adotar um comportamento moral condizente com os novos tempos.

No entanto, nesse jogo social, as transformações ou permanências em Porteirinha não se deram em uma única direção, mas através de um processo permeado de embates e negociações entre o “novo” e as práticas costumeiras da população. Mais que isso, os próprios costumes da população não funcionavam como estruturas fixas e imutáveis.

A lei n. 28, de 21 de maio de 1949, por exemplo, negociou com a população e, ao mesmo tempo, tentou suprimir uma antiga prática costumeira da população: construir os passeios fora das bases padronizadas pela prefeitura municipal. A nova legislação, que apenas vem reforçar uma primeira, sancionada há dez anos, pede aos moradores que não possuam suas residências de acordo com o padrão oficial que reconstrua seus passeios e meios-fios, no prazo de 180 dias.

Outro jogo de conflitos assenta-se sobre o trânsito de animais no perímetro urbano. Uma das primeiras alterações impostas pela administração municipal, em 1939, foi relacionada à proibição de prender animais e charretes nos postes de iluminação pública e melhorar a paisagem da cidade, que agora deveria ser organizada e ordenada. No entanto, em 1957, a pedido da Câmara Municipal, o prefeito sanciona a lei n. 237 que

aplicava multas às pessoas que amarravam animais próximos a lugares públicos, como ruas, praças, igrejas, mercados etc. O uso de charretes, carros de boi e cavalos era comum para o transporte de pessoas que moravam na vasta zona rural para a cidade.

Em *Costumes em Comum*, Thompson (1998, p. 13) defende a tese de que “a consciência e os usos costumeiros eram particularmente fortes no século XVIII” e funcionavam como oposição às tentativas de reformas sociais. Nesse contexto, é preciso entender costume não como práticas que foram mantidas em pequenos grupos, mas como elementos difundidos em grupos extensos, provocadores de identidade e ambiência, geradores de expectativa e legitimação. A ideia de que o velho e o novo compuseram as sociedades no período da modernidade é essencial para este trabalho. Assim, a ânsia pela modernização conviveu com antigos hábitos já difundidos entre a população porteirinhense.

As demandas por profissionais como médicos, agrônomos, agentes de estatística, engenheiros, dentistas, escrivães, delegado de polícia, juiz de paz e professores eram cada vez maiores. Inúmeros órgãos e obras foram criados no período e necessitavam dos conhecimentos desses profissionais especializados. O Diretório Municipal de Geografia e a Agência Municipal de Estatística, por exemplo, órgãos subordinados ao Conselho Nacional de Geografia do IBGE, foram criados por decreto-lei municipal, em 1939, a fim de obedecer a uma lei federal com o propósito de “ativar uma cooperação geral para um conhecimento melhor e sistematizado do território pátrio”, segundo Decreto Federal n. 1527, de 2 de março de 1937.

Quanto ao transporte, as estradas de terra que serviam às pessoas montadas em cavalos, tropas de burros, carros-de-bois ou, em pouquíssimos casos, em automóveis, ligavam o município a outras regiões como Montes Claros, Diamantina e a Bahia. O projeto de ampliação da Estrada de Ferro Central do Brasil até o extremo norte de Minas propiciou o acesso de forma mais rápida e confortável a distantes e grandes centros urbanos por onde passavam os seus trilhos (AGUIAR, 2012). Em 1940, os trilhos chegaram em Porteirinha, interligando-a à rede ferroviária que totalizava 1354 quilômetros até à Estação do Rio de Janeiro.

As estradas de ferro, sinônimo de progresso, vivido pelo Brasil Republicano no início do século XX, chegam em Porteirinha atraindo emprego e espalhando euforia na população. A instalação da ferrovia também se caracterizou como recurso de integração territorial. Os trilhos firmaram-se como principal parceiro na tarefa de ligar lugares e pessoas, iniciando, desta forma, um marco histórico em que a otimização do tempo era

constante, e as estradas de ferro apontavam para o progresso e estimularam o imaginário social, principalmente das elites política e comercial, o “start” para o desenvolvimento, conforme notícia veiculada no Jornal Gazeta do Norte (1926): “nas cidades onde chegou o trem, os cidadãos sentiam-se motivados e repletos de expectativas de progresso e civilização”. O trem traria novos tempos para aquela gente.

O homem devia ser preparado para viver esta nova realidade. A transformação do comportamento humano envolve a educação da mente e do corpo, na difusão de modos cotidianos de vida mais afeitos ao mundo que se quer erigir. Em Porteirinha, a limpeza das ruas, a iluminação noturna, as fachadas das casas, as vestimentas, a higiene, a fala, o corpo, o trabalho humano, a própria noção de coisa pública e dos espaços de sociabilidade como praças, ruas, avenidas, comércios, bibliotecas, igrejas etc., enfim, inúmeros elementos foram objetos de intervenção quando diziam respeito à vida social. E dentro deste movimento, educar os homens para a vida moderna era fundamental. A escola toma seu lugar nesse processo de urbanização, de edificação de novos valores e de civilizar hábitos e condutas.

O movimento de escolarização na cidade: das escolas isoladas ao grupo escolar

Até o ano de 1941, a educação primária, do então povoado de Porteirinha, era ministrada em escolas isoladas e mistas. Segundo Faria Filho (1996), formadas de uma só classe, as escolas isoladas, em sua maioria, funcionavam em prédios ou casas cedidas pela comunidade, ou alugadas pelo governo ou mesmo nas residências dos próprios professores. Elas eram caracterizadas como escolas para o sexo masculino, para o sexo feminino, ou eram mistas, destinadas aos dois sexos. Em alguns casos, as escolas poderiam ser denominadas “reunidas” em função da possibilidade de as escolas isoladas serem agrupadas em um único local sob a direção de um dos professores.

Em Porteirinha, uma das primeiras instituições escolares chamava-se “Escola Mista Districtal de Porteirinha, município de Grão Mogol”, datada do ano de 1928, e era regida pela professora Gecy Lima. O termo de promoções da 1ª Cadeira Mista Districtal de Porteirinha, de 30 de novembro, um dos documentos educacionais mais antigos do município, revela que o inspetor chama atenção da professora quanto à frequência dos alunos; registra a matrícula de 45 alunos e pede à professora que solicite aos pais dos alunos faltosos uma justificativa pela ausência destes ao educandário (ESCOLA MISTA DISTRICTAL DE PORTEIRINHA, 1929, p. 3). Outro dado interessante é que, numa

turma de 52 (cinquenta e dois) alunos matriculados, apenas 13 (treze) foram aprovados. Esse percentual se repetiu durante vários anos e, em alguns casos, os alunos eram reprovados. Esses números nos indicam que, possivelmente, havia uma evasão bastante acentuada nas aulas da escola, embora a procura pela escola sempre aumentasse. Alguns dos motivos poderiam ser os vários casos de alunos (e de professoras) contagiados por tuberculose e hanseníase, comumente chamados de tuberculose pobre e lepra, respectivamente, ou, simplesmente, moléstia. O cumprimento do percentual de frequência mínima e o insucesso nos vários testes realizados durante o decorrer do ano, também poderiam ser as causas do baixo aproveitamento durante os anos iniciais de funcionamento das escolas isoladas do Distrito de Porteirinha.

Nesse movimento, a crescente procura da população pela educação formal, potencializava-se, sobretudo a partir de 1939, e fazia pressionar o poder público a disponibilizar mais vagas. Assim, o novo município – mais próximos dos ideais republicanos, embalado pela nova forma de organização urbana, com uma maior autonomia administrativa devido à visão mais racional das relações e espaços e por uma grande expectativa em ver impostos e taxas sendo aplicados na sede, além de receber verbas pela recente emancipação – vai construir uma forma mais racional de administração dos seus serviços educacionais.

Altivo de Assis Fonseca, em 1942, ao organizar os serviços da administração local, bem como o quadro de funcionários e suas atribuições, cria a repartição de Serviço de Educação Pública e Saúde. O capítulo VIII – Do Serviço de Educação e Saúde materializa as responsabilidades do responsável pela pasta educacional:

- velar pelo funcionamento das escolas municipais, provendo-as de material necessário;
 - ter em ordem os dados sobre as localidades em que funcionem e números de alunos matriculados em cada uma;
 - fazer visitas, sempre que possível, às escolas municipais e representar ao Prefeito sobre as medidas de ordem higiênica de que careçam;
 - atender a todas as informações e dados que forem solicitados pela Secretaria de Estado [...]
- (PORTEIRINHA, 1942, p. 245).

Desse modo, na medida em que a educação era vista como um caminho indispensável para um projeto nacional, estadual e municipal de longo alcance, ela traduzia, em sua particularidade, instrução, educação e saneamento. Daí, a presença do poderoso binômio

educação-saúde, por exemplo, na criação do Ministério da Educação e Saúde (MES), em 1937, e do Serviço de Educação e Saúde Pública de Porteirinha, em 1942.

É na esteira dessas iniciativas que se pode compreender a política sanitária municipal assumida e organizada pelo Serviço de Educação e Saúde Pública de Porteirinha, em 1942. Constam como principais obrigações:

- fazer propaganda da construção de latrinas e da melhoria das condições sanitárias dos prédios em geral, empregando métodos suavizantes nesta tarefa;
- fazer a inspeção sanitária, em geral, da cidade, vilas e zonas rurais, casa por casa;
- fazer propaganda por meio de distribuição de folhetos impressos de preceitos de higiene e profilaxia por ocasião das visitas domiciliares;
- fazer permanentemente o serviço de vacinação anti-variólica;
- ministrar ensinamentos de higiene aos moradores, procurando inculcar-lhes hábitos higiênicos;
- executar os trabalhos de higiene, ensinando às gestantes, mães e crianças, regras de alimentação, vestuário e asseio corporal;
- auxiliar os serviços de higiene escolar [...] (PORTEIRINHA, 1942, p. 246).

As questões urbanas e de elaboração de estratégias de intervenção que, tendo como objetivo central a formação da consciência sanitária, colocavam a educação sanitária em primeiro plano, dando ênfase aos modernos métodos de persuasão. Desse modo, como aponta Rocha (2010), era imprescindível eliminar atitudes viciosas e inculcar hábitos salutares, desde a mais tenra idade, bem como criar um sistema fundamental de hábitos higiênicos, capaz de dominar, inconscientemente, toda a existência da população. Estas tarefas eram reconhecidas como do âmbito específico da instituição escolar. Modelar a natureza infantil, pela aquisição de hábitos que resguardassem a infância da debilidade e das moléstias, era uma das funções de que se deveria incumbir a escola primária.

Imbuído nesse novo espírito, sociedade e escola almejavam a ampliação dos espaços de escolarização. O número de vagas para as crianças da cidade, haja vista a crescente demanda, foi um ponto que mereceu atenção e fez criar maiores espaços institucionalizados para ensinar.

Contanto com uma população com pouco mais de 20 mil habitantes (IBGE, 1947), o município festeja o início da década de 1940 com a inauguração das Escolas Reunidas

de Porteirinha, agrupando, numa mesma instituição, as duas escolas isoladas existentes. Com a reunião das escolas, criou-se a figura da diretora escolar, professora responsável por administrar a instituição. Outra mudança que a reunião trouxe foi o aumento significativo do número de vagas na cidade.

A escola foi se tornando um marco na educação da cidade. O mesmo movimento que fazia Porteirinha crescer, impulsionava a escola. Era um movimento de dependência de uma sobre a outra. Na ocasião da reunião de abertura do ano de 1942, além da presença do inspetor, de professoras, da diretora, de alunos e pais de alunos, o prefeito municipal se fez presente. Recebido com satisfação pelo corpo docente e discente, Altivo de Assis Fonseca, em discurso, “incentiva a unidade de instrução, o trabalho como gerador do progresso do futuro Município de seu governo e do engrandecimento da Pátria” (ESCOLAS REUNIDAS DE PORTEIRINHA, 1942, p. 2).

Aos 2 de julho de 1946, num ambiente em que a população, imbuída da ideia, da adesão e da valorização à escolarização formal, vê instalado o Grupo Escolar João Alcântara, objetivo esse que vinha sendo buscado há muitos anos, representando, dessa forma, um marco na educação do município.

O Grupo Escolar João Alcântara – luzes para o sertão

Conforme Souza (1998), em sua obra *Templos de Civilização*, os Grupos Escolares, criados a partir de 1890, no Estado de São Paulo, eram símbolos do Estado Republicano que se organizava. Como parte de um projeto mais amplo que considerava a universalização do ensino como uma das características da República, representavam a ideia de “modernidade” através da mudança na concepção e organização da escola. No início do século XX, os educadores mineiros, influenciados pelo entusiasmo de paulistas e cariocas, passaram a defender a ideia de organização da instrução pública primária na forma dos grupos escolares em detrimento das escolas isoladas, que representavam todo o “atraso” do Império (FARIA FILHO, 1996).

Em Porteirinha, esse entusiasmo materializou-se no dia 2 de julho de 1946. Num momento solene e oficial, foi instalado o Grupo Escolar João Alcântara. Na ocasião, estavam presentes o prefeito, Dr. Almerindo Alves de Brito Faria; o vigário, Julião Arroyo Gallo; o inspetor escolar, profissionais liberais como farmacêuticos, dentistas, engenheiros, “autoridades municipais, representantes da indústria, do comércio, da lavoura, muitos outros senhores, senhoras e senhoritas, as principais pessoas da elite

Porteirinhense, a Diretora, as Professôras” (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946, p. 2). Interessante notar que os bacharéis e o padre da cidade, possuidores de rara instrução para a época, além dos donos do comércio, das indústrias e fazendeiros, possuidores do poder econômico, compunham a elite porteirinhense, e suas presenças legitimavam e davam grande relevo àquele momento.

As solenidades aconteceram durante todo o dia, num vasto programa que incluía, pela manhã, a missa solene de ação de graças, celebrada na Igreja de São Joaquim. Após o momento religioso, já no prédio escolar, houve o pronunciamento oficial de instalação da escola. Os presentes à mesa de honra, o corpo docente e autoridades municipais, bem como demais convidados, cantaram o hino nacional e assistiram a uma apresentação artístico-cultural pelo grupo de Jazz de Porteirinha. O prefeito, Almerindo Alves de Brito Faria, em seu pronunciamento de abertura, diz:

da inadiável necessidade da instalação do Grupo Escolar, cujo funcionamento vem preencher grande lacuna no ensino primário, no município e encontrar no seio da administração e do povo a mais justa acolhida, pois vem satisfazer plenamente velhas aspirações deste município (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946, p. 2).

Após o prefeito por em destaque as finalidades do Grupo Escolar e os grandes benefícios que prestará à população, teceu grandes elogios ao Sr. Secretário de Educação, Dr. Olinto Orsini de Castro, como “inteligente e esforçado auxiliar do Governo Mineiro, que tudo tem feito como homem de elevada cultura para elevar a instrução em Minas, inaugurando e instalando dezenas de Grupos Escolares, espalhando no território mineiro essa constelação de luzes que está brilhando e que mais tarde irá brilhar com mais fulgor”.

Na sequência, a diretora, Maria Lisbela Pereira, toma a palavra e diz:

O início dos trabalhos escolares é um dos mais belos dias da vida do escolar, porque a instalação do Grupo Escolar João Alcântara é a abertura de um templo de luz, onde os espíritos juvenis vão beber as instruções indispensáveis ao preparo para a grande luta pela vida e receber a moral que vão formar o caráter para a futura felicidade (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946, p. 2).

Poucas crianças e adultos puderam ouvir esse discurso e viver aquele momento. Apenas uma pequena parte das pessoas fazia parte desse disputado universo escolar. Numa população de pouco mais de 20 mil habitantes, conforme dados do Censo de 1950, 83% da população municipal não sabiam ler e nem escrever. Outro dado bastante revelador é que apenas 35% da população infantil em idade escolar estavam matriculadas nas escolas (IBGE, 1959).

A organização do Grupo Escolar João Alcântara de Porteirinha é percebida em suas relações com a organização urbana. Num terreno de 2.228 metros quadrados, em frente à Praça Tiradentes, no centro da cidade, edifica-se o prédio de tamanho expressamente maior, mais moderno, racional e arejado, adequado aos preceitos higiênicos, e que vai se contrapor às instalações precárias das apertadas escolas isoladas, como uma demonstração da modernidade proposta pelos ideais republicanos e, também, pela emancipação política municipal.

É a “trajetória da escola nas trilhas da cidade”, como bem caracteriza Faria Filho (1996, p. 16) em sua original obra *Dos pardieiros aos palácios*, tendo como foco de investigação a educação pública primária na cidade de Belo Horizonte, dos primeiros anos ao final da segunda década do século XX, constitui-se em uma importante reflexão sobre o a cultura escolar, sua constituição nos espaços de urbanização e as transformações na educação brasileira e, mais especificamente, a mineira.

Considerações finais

Este trabalho analisou as relações entre a história do processo de urbanização e escolarização da cidade de Porteirinha, no norte de Minas Gerais e a história da cultura escolar do Grupo Escolar João Alcântara. Mesmo inserida em uma região distante geograficamente dos centros urbanos de destaque da época, Porteirinha vivenciou algumas transformações urbanas pautadas no desejo da adequação da sociedade a um progresso idealizado em parâmetros que emanavam dos grandes centros. Neste processo, destacou-se a notória necessidade de educar a população para os ditames da vida moderna que emergia.

As fontes pesquisadas possibilitaram problematizar a dinâmica das mudanças na cidade que se operavam no campo das ideias e na realidade urbana. Mas, ao mesmo tempo, permitiram ver como estas mudanças sociais operavam dentro da escola e como a sociedade porteirinhense respondia a isso.

Estava em pauta a construção de uma nova sensibilidade que expressasse o rompimento com o passado, processo que incluía a valorização da vivência no espaço público e a busca de uma nova estética para a cidade. Como resposta a isso, as antigas escolas isoladas do povoado de São Joaquim de Porteirinha dá lugar às Escolas Reunidas e, em seguida, ao Grupo Escolar João Alcântara.

Referências

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo/RS: UPF, 1996.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A escola no movimento da cidade: os grupos escolares em Belo Horizonte. Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 26, p. 89-101, dez. 1997.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: Lopes, A.; MACEDO, E. (Orgs.). Disciplinas e integração curricular: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 4. ed. Brasília: UnB, 1963.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico do Brasil. Ano VII - 1946. Rio de Janeiro, 1947.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Enciclopédia dos municípios brasileiros. XXVI Vol. Rio de Janeiro, 1959.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas/SP, v.1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 14, p. 35-60, 2000.

PEREIRA, Laurindo Mékie. A cidade do Favor – Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros/MG: Ed. Unimontes, 2002.

PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. O lugar de uma escola no tempo de uma cidade: Campo Grande e a Escola Estadual Maria Constança Barros Machado. In: PESSANHA, Eurize Caldas; GATTI JÚNIOR, Décio. Tempo de cidade, lugar de escola: história, ensino e cultura escolar em “escolas exemplares”. Uberlândia/MG: Edufu, 2012.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Cultura Escolar e Práticas de Higienização da Infância na Escola Primária Paulista. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWATRZ, Cleonara Maria (Orgs.). História das culturas escolares no Brasil. Vitória: EDUFES, 2010, p. 157-195.

SOUZA, Rosa Fátima de. Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

SILVA, Luciano Pereira da. Em nome da modernidade: uma educação multifacetada, uma cidade transmutada, um sujeito inventado (Montes Claros, 1889-1926). Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em Comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEIGA, Cynthia Greive. Projetos urbanos e projetos escolares: aproximações na produção de representações de educação em fins do século XIX. Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 26, 1997, p. 103-112.

Fontes primárias

ESCOLA MISTA DO DISTRITO DE PORTEIRINHA. Livro de acta de exames e termo de promoções da escola mista do distrito de Porteirinha. Distrito de Porteirinha. Grão Mogol/MG, 1929.

ESCOLAS REUNIDAS DE PORTEIRINHA. Termo solene de reunião feita pelo Sr. Inspetor Escolar para distribuição de classes em 9 fev.1942. In: Livro de acta de intalação de escola, de exames e termo de visitas. Grão Mogol/MG, Distrito de Porteirinha,1928.

GAZETA DO NORTE. Montes Claros, 21 de julho de 1926. s/p. In: SARAIVA, Leandro Dídimo Guimarães. O trem de ferro: mudanças no imaginário, influências e conseqüências na sua chegada a Montes Claros. Monografia apresentada ao Departamento de História, CCH/UNIMONTES. Montes Claros/MG, 2004. p. 31.

GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA. Termo de instalação do Grupo Escolar “João Alcântara”, da cidade de Porteirinha. In: GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA. Livro de atas de exames, termos de promoções, de instalação da escola desta cidade e dos termos de visitas dos srs. Assistentes Técnicos. Porteirinha/MG, 1946.

PORTEIRINHA. Decreto-lei n. 01, de 14 de fevereiro de 1939. Cria cargos municipais e regula atribuições e deveres dos funcionários. Livro 01 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha. Porteirinha/MG, 14 fevereiro 1939.

PORTEIRINHA. Decreto-lei n. 04, de 18 de fevereiro de 1939. Cria a Agência Municipal de Estatística. Livro 01 – Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha. Porteirinha/MG, 18 fevereiro 1939.